

# A União Europeia e o Mundo



A construção europeia é tão importante para os cidadãos europeus, como a sua existência constitui uma referência, tanto em termos sócio-económicos como políticos, fundamental ao equilíbrio mundial.

Desde a sua fundação, em 1957, com a assinatura do Tratado de Roma, a Comunidade Europeia tem evitado viver fechada sobre si própria.

Pelo contrário, tem-se esforçado constantemente por estabelecer laços de cooperação com países e organizações internacionais.

## A União Europeia e o Comércio Mundial

**A UE é o maior bloco comercial do mundo.** O seu sucesso económico deve-se essencialmente ao comércio e ao investimento externos. A UE representa 19% do comércio mundial de mercadorias (os Estados Unidos representam 18% e o Japão 10%). Milhões de postos de trabalho dependem das suas exportações para o mundo inteiro, as quais representam cerca de 10% da riqueza da União, expressa em termos do PIB. A UE constitui também um mercado atraente para os restantes países, representando as importações cerca de 9% do PIB da União.

O investimento é um dos aspectos importantes quando se analisa a economia mundial. **O investimento directo da União Europeia representa mais de um quarto do investimento directo estrangeiro ao nível mundial.** O capital estrangeiro directamente investido na Europa eleva-se a mais de 1 milhão de milhões de euros, sendo responsável por muitos postos de trabalho na União.

## Organização Mundial do Comércio (OMC)

A promoção do comércio livre tem sido um dos principais objectivos da União Europeia. Com os seus 375 milhões de habitantes, a UE criou o maior mercado do mundo, impulsionando as trocas comerciais entre os 15 Estados-membros. O seu nível económico depende do comércio internacional. Entre os principais objectivos da UE conta-se a abertura progressiva do seu próprio mercado, associada a um melhor acesso aos países terceiros. Por isso, a UE desempenhou um papel preponderante nas negociações comerciais multilaterais do *Uruguay Round* que conduziram à celebração de 28 acordos, entre os quais se conta o acordo que institui a **Organização Mundial do Comércio (OMC)**.

Estes acordos permitem realizar progressos significativos em matéria de liberalização do comércio internacional. As negociações com vista a promover o comércio livre baseiam-se em determinados princípios fundamentais segundo os quais é proibida qualquer discriminação entre membros de forma a que nenhum deles beneficie de concessões especiais; é assegurada a igualdade de tratamento nos mercados internos entre produtos importados e produtos nacionais e é progressivamente facilitado o acesso a outros mercados.



# A União Europeia e o Mundo



## A União Europeia e os Países Industrializados

A Comunidade mantém relações económicas com os seus principais parceiros industrializados não europeus, designadamente com os **Estados Unidos** e o **Japão**. Esta situação reflecte não só a dimensão das três economias e a sua importância no comércio mundial, como também constitui um símbolo das tradições democráticas e da adesão comum aos princípios da economia de mercado. A Comunidade tem o mesmo tipo de relações com outros países economicamente desenvolvidos, tais como o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia.



Os seus interesses comuns não evitam a manifestação periódica de disputas comerciais, mas estas nunca puseram em causa o essencial das relações.

A Comunidade mantém contactos regulares em várias instituições com os seus principais parceiros: a OCDE, as cimeiras do G8 (EUA, Japão, Canadá, Alemanha, Grã-Bretanha, França, Itália e Rússia, mais os representantes da CE, da Comissão e da Presidência do Conselho). Os ministros do Comércio do grupo «quadrilateral» constituído pelos EUA, Japão, Canadá e Comissão Europeia têm encontros periódicos.

# A União Europeia e o Mundo



## A União Europeia e a Ajuda Humanitária

A Comunidade concede ajuda humanitária desde 1970, inicialmente com meios modestos e, recentemente, numa escala bastante mais alargada, **sendo o maior dador mundial**.

A assistência humanitária da Comunidade inclui a ajuda de emergência às vítimas de catástrofes naturais ou de conflitos armados, a ajuda aos refugiados e a ajuda alimentar destinada aos mais vulneráveis. Trata-se, habitualmente, de bens de primeira necessidade (tendas, cobertores, vestuário, medicamentos e alimentos), primeiros socorros e, para os refugiados de longa duração, necessidades básicas, tais como sementes, ferramentas e formação. **Tais ajudas são concedidas, independentemente da raça, da religião ou da tendência política.**

Em anos normais, a ajuda humanitária da Comunidade, embora substancial, representa cerca de um quinto da assistência global por ela concedida aos países mais pobres. O restante destina-se ao desenvolvimento a longo prazo desses mesmos países e à eliminação da pobreza. A pobreza constitui, sem dúvida, um dos principais factores de vulnerabilidade às catástrofes.

A maioria das crises naturais, como a fome e as doenças, bem como certos conflitos armados, poderiam ser evitadas ou, pelo menos, poder-se-iam minorar as suas consequências, se fossem tomadas, no momento certo, medidas adequadas para mobilizar a comunidade internacional. Na tua opinião que tipo de medidas poderiam/deveriam ser tomadas?

# A União Europeia e o Mundo

## A União Europeia e a Cooperação para o Desenvolvimento

A UE intervém activamente a favor dos países em vias de desenvolvimento (PVD), tendo a política comunitária de cooperação para o desenvolvimento nascido com a própria Comunidade.

O primeiro Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) data de 1958, altura em que o processo de descolonização não estava ainda concluído. Naquela época, o fundo abrangia apenas dezoito Estados africanos e malgaches que, depois de se tornarem independentes, viriam a assinar a Primeira e mais tarde a Segunda Convenção de laundé.

Quarenta anos depois, a Comunidade adquiriu um peso acrescido, o mesmo acontecendo com a sua política de cooperação.

Hoje, raros são os países em vias de desenvolvimento que não estabeleceram com a Comunidade relações especiais, e mais raros ainda os que não beneficiam de um ou outro tipo de ajuda comunitária.

Às convenções de laundé seguiram-se as quatro convenções de «Lomé», nome da capital do Togo e cidade onde foram assinadas em 1975, 1979, 1984 e 1989, respectivamente Lomé I, Lomé II, Lomé III e Lomé IV. **Estas convenções representam um vasto – e o mais duradouro – acordo de cooperação Norte-Sul jamais concluído, dado que os Estados-Membros da Comunidade têm como parceiros 71 países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP).** A Convenção de Lomé constitui o núcleo da acção comunitária no domínio da cooperação para o desenvolvimento e por força dessa convenção, praticamente todas as exportações industriais e agrícolas desses países podem entrar no mercado único com franquia de direitos, sem que seja exigida qualquer reciprocidade para os produtos da UE.



Além disso, a Comunidade concede ainda financiamentos, na sua maioria afectos a programas ou projectos que têm por objectivo reforçar as economias dos seus parceiros, torná-los menos dependentes e contribuir, de forma duradoura, para a melhoria das condições de vida das populações.

Estas acções são relativamente diversificadas, incidindo sobre a produção industrial, os transportes, a educação, a saúde e o comércio. No entanto, o desenvolvimento agrícola e rural, por si só, representa cerca de metade dos financiamentos, dos quais cerca de um quarto são destinados à produção agrícola propriamente dita.

A UE concedeu igualmente um acesso preferencial ao seu mercado a uma série de outros países (países vizinhos mediterrânicos e países da Europa Central e Oriental).



# A União Europeia e o Mundo



## A União Europeia e a América Latina

Nos anos 70, a Comunidade concluiu os primeiros acordos, ditos de primeira geração, com o Brasil e o Uruguai, correspondendo a uma cooperação comercial mínima.

Na década de 80, foi criada uma rede que abrange toda a América Latina. Desta vez, os acordos incidem não só sobre a cooperação económica, industrial, científica e técnica, mas incluem ainda outros domínios, tais como o ambiente, a luta contra a droga, etc.

**Hoje, a União Europeia constitui para a América Latina um parceiro comercial importante: 20% das suas exportações destinam-se à União Europeia e 20% das suas importações dela provêm.** A manutenção e a progressão destes fluxos são vitais para o restabelecimento dos equilíbrios económicos destes países, aliás muito endividados.

O sistema comunitário de preferências generalizadas (SPG) facilita o seu acesso ao mercado europeu enquanto se realizam acções de promoção comercial destinadas a dinamizar as suas políticas de exportação.

Tal como noutras regiões do Mundo, a Comunidade Europeia apoia deliberadamente na América Latina todas as tentativas de integração e cooperação regionais, fazendo com que os parceiros beneficiem da sua própria experiência.

É de salientar o apoio recente ao Mercado Comum do Sul, também conhecido por **MERCOSUL**, que preconiza o estabelecimento de um Mercado Comum entre a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e com o qual a Comunidade tem progressivamente implementado acordos-quadro.

## A União Europeia e a Ásia

A Ásia é hoje tão importante para a Europa como no tempo do comércio de especiarias e da rota da seda. Essa importância deve-se a razões económicas óbvias. A Ásia representa mais de metade da população e um quarto da produção mundiais. A dimensão dos interesses económicos da União Europeia faz com que esta não possa ignorar a Ásia se quiser desempenhar um papel primordial na economia mundial. O comércio bilateral constitui a componente mais dinâmica das relações entre a UE e a Ásia.

Muitos países asiáticos em vias de desenvolvimento tiraram partido das políticas comerciais liberais da UE e das medidas destinadas a promover a importação de produtos do Terceiro Mundo, em especial o sistema de preferências generalizadas (SPG), para aumentarem as suas receitas de exportação. Com o aumento dessas receitas, aumentaram também as exportações da UE.

As trocas comerciais da UE com a **ASEAN** (Associação das Nações do Sudoeste Asiático, constituída pelos seguintes países: Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Brunei, Burma e Laos) são um bom exemplo do dinamismo do comércio UE-Ásia. As importações provenientes da ASEAN registaram um aumento de cerca de 80% nos cinco anos decorridos entre 1990 e 1994, mostrando as exportações da UE idêntico dinamismo, um aumento de 73% no mesmo período.

# A União Europeia e o Mundo



## A UE e os Países Mediterrânicos



Desde a sua criação, e baseando-se nas disposições explícitas do Tratado de Roma, a União Europeia procurou estabelecer relações com os seus vizinhos meridionais.

Entre a UE e os países mediterrânicos existem profundos laços históricos e culturais que determinam, desde há muito tempo, relações económicas e comerciais especiais. A UE considera que tem o dever de assegurar a estabilidade social e política da região. Contribuíram para esta decisão uma série de outros factores, nomeadamente um rápido crescimento demográfico, um crescimento económico limitado que, consequentemente, se traduziram numa pressão migratória exercida sobre a UE, o recrudescimento do fundamentalismo islâmico e a instabilidade política.

O objectivo da União é contribuir para converter esta zona do Mundo num espaço de paz, estabilidade e prosperidade que permita eliminar as ameaças de desestabilização política e económica que pairam sobre a região, e que podem colocar em causa a interdependência existente em inúmeros sectores, designadamente o abastecimento de energia, o comércio, o ambiente, etc.

**A Europa comunitária é o principal parceiro económico e comercial dos países mediterrânicos, representando mais de 50% do seu comércio externo.**

Por outro lado, cerca de um terço do total das importações de fertilizantes da União Europeia e cerca de um quarto das suas importações de energia (em especial, petróleo e gás natural) são provenientes dos países da bacia mediterrânica.



## A UE e os Países da Europa Central e Oriental



Os acontecimentos dramáticos vividos na Europa Central e Oriental a partir de 1989, alteraram o mapa político e económico da Europa e marcaram para sempre a história dos PECO (Países da Europa Central e Oriental) e da União Europeia.

A União e os seus Estados-membros, pelas suas tradições e cultura comuns, estão numa situação privilegiada para auxiliar os seus vizinhos do Leste a regressarem à democracia. A Comunidade surge também como o modelo a que aspiram, em termos de liberdade democrática e de elevados padrões de vida.

Perante este novo quadro político do continente europeu, os quinze compreenderam, quase de imediato, a necessidade de um novo alargamento da Comunidade, encarando-o como uma oportunidade única de promover a paz e a estabilidade na Europa.

Para apoiar esta estratégia de pré-adesão, a UE dispõe de três grandes instrumentos: os acordos europeus, o "diálogo estruturado" e o programa PHARE (Polónia e Hungria: Assistência à Reestruturação das Economias). O seu objectivo é ajudar os países candidatos no processo de reforma e de adaptação até à adesão oficial. As suas principais componentes são: **a democracia e a sociedade civil; a abertura dos programas da UE; a cooperação regional, intra-regional e pluri-estatal; um mercado para todos.**